
PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM INGLÊS E PORTUGUÊS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

Natalie Nara Mastrangi GOES

Natalie_goes@hotmail.com

Faculdade de Tecnologia Jornalista Omar Fagundes
de Oliveira, Bragança Paulista, Brasil

Kasandra dos Santos de OLIVEIRA

kasandra280486@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto
Alegre, Brasil

Resumo: Este artigo discute as práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa na educação básica a partir da articulação entre os Novos Estudos do Letramento, os multiletramentos e o letramento crítico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-documental, fundamentada na análise de obras clássicas e contemporâneas amplamente reconhecidas nos campos dos estudos do letramento e do ensino de línguas. O percurso analítico envolveu a identificação de convergências, tensões e complementaridades entre diferentes referenciais teóricos, organizadas em três eixos centrais: letramento como prática social e escolar; multiletramentos, multimodalidade e ensino de línguas; e relações entre língua inglesa, poder, identidade e letramento crítico. Os resultados evidenciam que as práticas de letramento em português e inglês ocupam posições historicamente diferenciadas no currículo escolar, sendo frequentemente associadas a expectativas sociais distintas relacionadas à escolarização, à mobilidade social e à participação cultural. A análise demonstra que a aproximação entre letramento como prática social, multiletramentos e letramento crítico oferece fundamentos para uma educação linguística mais integrada, democrática e socialmente situada, capaz de reconhecer a diversidade de repertórios dos estudantes, problematizar desigualdades e ampliar possibilidades de participação social. Conclui-se que a articulação entre português e inglês, compreendidos como práticas de linguagem inseridas em contextos socioculturais complexos, constitui um caminho promissor para a formação crítica dos sujeitos na educação básica.

Palavras-chave: Letramento, Multiletramentos, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Educação básica

LITERACY PRACTICES IN ENGLISH AND PORTUGUESE IN BASIC EDUCATION: THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO A CRITICAL ANALYSIS

Abstract: This article discusses literacy practices in Portuguese and English in basic education through the articulation of the New Literacy Studies, multiliteracies, and critical literacy. It is a qualitative theoretical-documentary study based on the analysis of classical and contemporary works widely recognized in literacy studies and language education. The analytical process involved identifying convergences, tensions, and complementarities among different theoretical perspectives, organized into three central axes: literacy as a social and school practice; multiliteracies, multimodality and language teaching; and the relationships between English language, power, identity, and critical literacy. The findings indicate

that literacy practices in Portuguese and English occupy historically differentiated positions within the school curriculum and are frequently associated with distinct social expectations related to schooling, social mobility, and cultural participation. The analysis suggests that the integration of literacy as a social practice, multiliteracies, and critical literacy provides a foundation for a more integrated, democratic, and socially situated language education, capable of recognizing students' diverse repertoires, problematizing inequalities, and expanding opportunities for social participation. It is concluded that the articulation between Portuguese and English, understood as language practices embedded in complex sociocultural contexts, represents a promising path toward the critical formation of learners in basic education.

Keywords: Literacy, Multiliteracies, English Language, Portuguese Language, Basic Education

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de letramento tem ocupado lugar central nos debates educacionais, sobretudo a partir das contribuições dos Novos Estudos do Letramento, que deslocaram a compreensão da leitura e da escrita de uma dimensão meramente técnica para uma perspectiva social, histórica e ideológica. Nessa abordagem, ler e escrever deixam de ser concebidos como habilidades universais e neutras, passando a ser entendidos como práticas sociais situadas, atravessadas por valores, relações de poder e contextos culturais específicos (Street, 1984). Tal deslocamento teórico implica reconhecer que diferentes práticas de letramento coexistem na sociedade e que a escola é apenas um dos espaços em que essas práticas se constituem, são legitimadas e também disputadas.

No contexto da educação básica, essa discussão assume especial relevância, uma vez que a escola atua como instância privilegiada de mediação entre os sujeitos e as práticas sociais de leitura, escrita, oralidade e produção de sentidos. No caso da língua portuguesa, historicamente consolidada como língua de escolarização, o letramento escolar tem sido frequentemente associado à normatividade linguística, à avaliação e à valorização de determinados gêneros textuais em detrimento de outros. Soares (2014) argumenta que, embora a alfabetização seja condição necessária, ela não é suficiente para garantir a inserção efetiva dos sujeitos na cultura escrita, sendo imprescindível a promoção de práticas de letramento que dialoguem com os contextos sociais dos estudantes. De modo semelhante, Kleiman (1995) ressalta que a escola tende a privilegiar um modelo autônomo de letramento, desconsiderando usos sociais da leitura e da escrita vivenciados fora do espaço escolar.

Ao lado do português, a presença da língua inglesa na educação básica introduz novas camadas de complexidade às práticas de letramento escolar. O inglês, frequentemente concebido como língua global, carrega valores simbólicos associados à mobilidade social, ao acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho e à participação em circuitos internacionais. Pennycook (1994) problematiza essa centralidade ao evidenciar que o ensino do inglês está intrinsecamente ligado a processos de globalização, colonialidade e produção de desigualdades. Assim, práticas de letramento em língua inglesa que se restrinjam ao domínio instrumental do idioma tendem a reforçar hierarquias linguísticas e culturais, em vez de promover uma formação crítica dos estudantes.

Nesse sentido, pensar as práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa de forma articulada implica reconhecer que ambas as línguas ocupam posições distintas, mas interdependentes, no interior da escola. Enquanto o português tende a ser associado à norma, à escolarização e à avaliação, o inglês aparece frequentemente vinculado à promessa de acesso, prestígio e futuro. Essa diferenciação, contudo, não é neutra: ela revela modos pelos quais a escola organiza, hierarquiza e legitima determinadas práticas linguísticas. É justamente nesse ponto que este artigo busca contribuir, ao propor uma leitura integrada das práticas de letramento em português e inglês, evidenciando como ambas podem ser compreendidas à luz das relações entre linguagem, poder, identidade, multimodalidade e participação social.

As contribuições do Grupo de Nova Londres ampliam esse debate ao propor o conceito de multiletramentos, enfatizando a diversidade cultural, linguística e semiótica que caracteriza as sociedades contemporâneas (New London Group, 1996). Essa perspectiva reconhece que as práticas de linguagem na escola não podem mais se restringir ao texto verbal impresso, devendo incorporar diferentes modos de significação, como imagens, sons, vídeos, plataformas digitais, memes, redes sociais e outros gêneros multimodais que atravessam o cotidiano dos estudantes. Kress (2003), ao discutir a multimodalidade, reforça essa compreensão ao argumentar que os processos contemporâneos de produção de sentido exigem novas formas de letramento, capazes de articular múltiplas linguagens e suportes.

No contexto brasileiro, Rojo (2009) destaca a importância de pensar os multiletramentos a partir das realidades escolares concretas, marcadas por desigualdades sociais, acesso heterogêneo às tecnologias e diferentes repertórios culturais juvenis. Assim, a inserção dos multiletramentos na educação básica não pode ser compreendida apenas como atualização metodológica ou uso de recursos digitais, mas como possibilidade de problematizar quais linguagens são legitimadas pela escola e quais permanecem marginalizadas. Essa discussão é particularmente relevante quando se considera o ensino de português e inglês, pois ambas as línguas circulam em práticas sociais híbridas, digitais e multimodais, nas quais os estudantes combinam repertórios linguísticos, culturais e semióticos diversos.

A dimensão crítica do letramento é aprofundada por Janks (2010), que enfatiza a inseparabilidade entre linguagem, poder, ideologia, acesso e diversidade. Segundo a autora, práticas de letramento que não problematizam as relações de poder presentes nos textos correm o risco de naturalizar desigualdades e silenciar vozes subalternizadas. Essa compreensão dialoga diretamente com o pensamento de Freire (1989), para quem o ato de ler deve ser entendido como prática política, orientada para a conscientização, a dialogicidade e a transformação social. A leitura da palavra, nesse sentido, está indissociavelmente ligada à leitura do mundo, exigindo práticas educativas que promovam a criticidade, a autonomia e a participação dos sujeitos.

Diante desse quadro teórico, torna-se evidente que as práticas de letramento em língua portuguesa e em língua inglesa na educação básica não podem ser analisadas de forma isolada, neutra ou meramente técnica. Ao contrário, elas demandam uma abordagem que considere suas implicações sociais, culturais, políticas e pedagógicas, bem como os modos pelos quais

contribuem para a formação dos estudantes. A lacuna que orienta este estudo reside justamente na necessidade de articular, em uma mesma reflexão teórica, os letramentos em português e inglês, evitando tanto a separação rígida entre os componentes curriculares quanto a redução do ensino de línguas a habilidades instrumentais.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa na educação básica, a partir de uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-documental, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos do campo dos letramentos. Ao articular os aportes dos Novos Estudos do Letramento, dos multiletramentos e do letramento crítico, busca-se oferecer uma contribuição teórica para a compreensão integrada das práticas de linguagem no contexto escolar. Defende-se que o ensino de português e inglês pode favorecer uma educação linguística mais crítica, plural e socialmente situada, desde que reconheça os repertórios dos estudantes, questione hierarquias linguísticas e incorpore práticas multimodais capazes de ampliar a participação social.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-documental, por compreender que as práticas de letramento constituem fenômenos sociais, históricos e culturais atravessados por valores, ideologias e relações de poder. A pesquisa qualitativa mostra-se pertinente quando o objetivo consiste em interpretar concepções, discursos e categorias teóricas, especialmente no campo da Educação e dos estudos da linguagem, nos quais os significados são produzidos nas interações sociais e não podem ser compreendidos de forma dissociada de seus contextos de produção (Street, 1984).

A opção pela pesquisa teórico-documental fundamenta-se na utilização de produções acadêmicas como objeto de análise, entendidas não apenas como fontes de informação, mas como construções discursivas que expressam perspectivas epistemológicas, disputas conceituais e posicionamentos teóricos acerca do fenômeno investigado. Conforme assinala Cellard (2008), a pesquisa documental pressupõe um movimento interpretativo que ultrapassa o simples levantamento bibliográfico, exigindo a análise dos contextos de produção, dos conceitos mobilizados e dos sentidos construídos pelos autores.

O corpus analítico foi constituído por obras clássicas e contemporâneas que fundamentam os Novos Estudos do Letramento, os multiletramentos e as abordagens críticas do ensino de línguas. Foram selecionados autores amplamente reconhecidos no campo, tais como Street (1984, 2014), Soares (2014), Kleiman (1995), New London Group (1996), Kress (2003), Rojo (2009; Rojo & Moura, 2019), Pennycook (1994; 2001), Norton (2013), Janks (2010) e Freire (1989). A seleção considerou três critérios principais: relevância acadêmica no campo dos estudos do letramento; recorrência em pesquisas nacionais e internacionais sobre ensino de línguas; e potencial analítico para compreender as relações entre práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa na educação básica.

O processo analítico desenvolveu-se em três etapas complementares. Na primeira etapa, foram realizadas leituras exploratórias das obras selecionadas, com o objetivo de identificar conceitos centrais, categorias recorrentes e aproximações temáticas entre os diferentes referenciais. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura analítica aprofundada dos textos, buscando identificar convergências, divergências, tensões e possibilidades de articulação entre os autores. Por fim, realizou-se uma síntese interpretativa orientada pela construção de categorias analíticas capazes de compreender as relações entre letramento, ensino de línguas e formação crítica dos sujeitos.

As categorias de análise foram construídas de forma indutiva a partir do diálogo entre os referenciais teóricos e organizadas em três eixos centrais: (a) letramento como prática social e escolar; (b) multiletramentos, multimodalidade e ensino de línguas; e (c) relações entre língua inglesa, poder, identidade e letramento crítico. Esses eixos possibilitaram examinar não apenas as especificidades das práticas de letramento em português e inglês, mas também suas aproximações, tensões e implicações para a educação básica contemporânea.

Diferentemente de uma revisão bibliográfica de caráter exclusivamente descritivo, a análise buscou promover uma articulação crítica entre os referenciais mobilizados, examinando como diferentes autores compreendem as relações entre linguagem, cultura, poder e educação. O foco não esteve apenas na apresentação de conceitos, mas na construção de uma síntese interpretativa capaz de evidenciar contribuições, limites e complementaridades das diferentes perspectivas teóricas para a compreensão das práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa.

Tal posicionamento analítico ancora-se na concepção de letramento como prática social e ideológica (Street, 1984), na perspectiva crítica da educação proposta por Freire (1989) e no modelo de letramento crítico desenvolvido por Janks (2010), que compreende linguagem, poder, acesso, diversidade e design como dimensões indissociáveis dos processos educativos. A partir desse referencial, buscou-se compreender como as práticas de letramento podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e para a ampliação das possibilidades de participação social no contexto escolar.

Do ponto de vista ético, trata-se de uma pesquisa exclusivamente teórica e documental, sem envolvimento direto de participantes humanos ou produção de dados empíricos. Dessa forma, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as normativas vigentes para pesquisas dessa natureza. Ainda assim, foram observados os princípios de rigor científico, fidelidade às fontes consultadas, correta atribuição de autoria e integridade acadêmica em todas as etapas da investigação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Letramento como prática social e escolar

A compreensão de letramento adotada neste estudo fundamenta-se nos Novos Estudos do Letramento, que concebem a leitura e a escrita como práticas sociais situadas, histórica-

mente construídas e atravessadas por relações de poder. Street (1984) distingue o modelo autônomo de letramento, centrado em habilidades técnicas e universais, do modelo ideológico, que compreende as práticas de linguagem como inseparáveis dos contextos sociais, culturais e institucionais em que são produzidas. Essa distinção desloca a discussão do domínio individual da escrita para os processos sociais que atribuem significado às práticas de leitura e produção textual.

No contexto educacional, essa perspectiva é aprofundada por Kleiman (1995), ao demonstrar que a escola não apenas ensina práticas de leitura e escrita, mas também legitima determinadas formas de linguagem em detrimento de outras. Soares (2014), por sua vez, destaca que a inserção dos sujeitos na cultura escrita exige mais do que alfabetização, demandando práticas pedagógicas capazes de promover participação social e exercício da cidadania. Embora partam de enfoques distintos, esses autores convergem ao questionar concepções neutras de linguagem e ao evidenciar que o letramento constitui um espaço de disputa simbólica, no qual determinados conhecimentos e modos de expressão adquirem maior legitimidade social.

Essa compreensão permite problematizar a ideia de escola como espaço homogêneo de transmissão de conhecimentos. As práticas escolares são influenciadas por políticas públicas, currículos, materiais didáticos, avaliações externas e condições institucionais específicas, produzindo diferentes formas de acesso ao conhecimento. Em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas, por exemplo, estudantes provenientes de grupos historicamente marginalizados frequentemente encontram maiores obstáculos para que seus repertórios linguísticos e culturais sejam reconhecidos e valorizados no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, o letramento escolar pode funcionar simultaneamente como mecanismo de inclusão e exclusão simbólica. Alunos cujas experiências linguísticas se aproximam das práticas legitimadas pela escola tendem a encontrar maiores possibilidades de participação e reconhecimento, enquanto aqueles cujos repertórios diferem dos padrões valorizados institucionalmente podem enfrentar processos de silenciamento ou deslegitimação. Tal constatação reforça a necessidade de compreender o letramento não apenas como competência individual, mas como prática social vinculada a relações de poder e desigualdade.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando se observam as diferentes posições ocupadas pela língua portuguesa e pela língua inglesa na educação básica. Enquanto o português costuma ser associado à escolarização formal, à normatividade linguística e aos processos avaliativos, o inglês frequentemente aparece vinculado a perspectivas de mobilidade social, empregabilidade e inserção em circuitos globais de comunicação. Essa diferenciação evidencia que as práticas de letramento desenvolvidas em cada componente curricular não são neutras, mas refletem expectativas sociais distintas acerca das funções atribuídas a cada língua no contexto escolar.

Nesse sentido, compreender o letramento como prática social permite superar abordagens fragmentadas do ensino de línguas e reconhecer que português e inglês participam de processos mais amplos de construção de identidades, circulação de discursos e formação cidadã. Mais do que desenvolver competências linguísticas, o ensino de línguas pode contribuir para

ampliar as possibilidades de participação social dos estudantes, favorecendo leituras críticas dos contextos em que vivem e atuam.

3.2 Multiletramentos, multimodalidade e ensino de línguas

A emergência dos multiletramentos representa uma ampliação significativa das concepções tradicionais de letramento ao reconhecer que a produção de sentidos nas sociedades contemporâneas ocorre por meio de múltiplas linguagens, suportes e formas de representação. O Grupo de Nova Londres (New London Group, 1996) propõe que a escola considere a diversidade cultural e semiótica presente nos contextos sociais contemporâneos, incorporando práticas que ultrapassem o predomínio do texto verbal impresso.

Kress (2003) aprofunda essa discussão ao argumentar que a multimodalidade redefine os processos de significação, uma vez que imagens, sons, vídeos, movimentos e recursos digitais participam ativamente da construção dos sentidos. Nessa perspectiva, a escrita deixa de ocupar posição exclusiva como forma legítima de produção do conhecimento, exigindo que a escola reconheça outras modalidades expressivas presentes na vida cotidiana dos estudantes.

No contexto brasileiro, Rojo (2009) destaca que a incorporação dos multiletramentos deve considerar as desigualdades sociais e as diferentes condições de acesso às tecnologias. Tal observação é particularmente relevante porque a ampliação dos recursos digitais não garante, por si só, processos educativos mais democráticos. A existência de dispositivos tecnológicos não elimina diferenças relacionadas à conectividade, à infraestrutura escolar ou à formação docente. Assim, a multimodalidade não pode ser compreendida apenas como inovação metodológica, mas como campo de disputas sobre quem produz, acessa e legitima determinados modos de linguagem.

Essa perspectiva permite problematizar visões excessivamente otimistas acerca das tecnologias educacionais. Em muitos contextos, práticas pedagógicas digitalizadas reproduzem modelos tradicionais de ensino, limitando-se à transferência de conteúdos para plataformas virtuais sem promover efetiva participação dos estudantes. Nesse sentido, os multiletramentos constituem menos uma questão tecnológica e mais uma mudança epistemológica na compreensão da linguagem, da aprendizagem e da produção do conhecimento.

No ensino de línguas, essa mudança implica ampliar os gêneros discursivos trabalhados em sala de aula. Podcasts, vídeos, memes, campanhas digitais, redes sociais e infográficos passam a integrar práticas legítimas de leitura e produção textual, desde que analisados criticamente. Em atividades dessa natureza, estudantes mobilizam simultaneamente recursos linguísticos, visuais e sonoros, articulando diferentes formas de significação e aproximando o currículo escolar das práticas comunicativas contemporâneas.

A integração entre português e inglês torna-se particularmente evidente nesse contexto. Em ambientes digitais, estudantes frequentemente transitam entre diferentes repertórios linguísticos, combinando expressões, referências culturais e recursos multimodais na construção

de sentidos. Essa circulação desafia concepções rígidas que tratam as línguas como sistemas isolados e reforça a necessidade de práticas pedagógicas capazes de reconhecer a complexidade das experiências comunicativas contemporâneas.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dialoga com essa perspectiva ao enfatizar práticas de linguagem contextualizadas e multimodais. Entretanto, a efetivação dessas propostas depende de investimentos em formação docente, condições adequadas de trabalho e acesso equitativo aos recursos tecnológicos. Sem tais condições, corre-se o risco de transformar os multiletramentos em mero discurso curricular, sem repercussões significativas nas práticas escolares.

Portanto, os multiletramentos oferecem uma importante contribuição para repensar o ensino de português e inglês na educação básica. Ao valorizar diferentes formas de expressão e reconhecer a pluralidade cultural dos estudantes, essa abordagem amplia possibilidades de participação, autoria e construção crítica do conhecimento.

3.3 Inglês, poder, identidade e letramento crítico

A presença da língua inglesa na educação básica ultrapassa questões estritamente linguísticas e envolve dimensões políticas, culturais e identitárias. Pennycook (1994) demonstra que a expansão global do inglês está relacionada a processos históricos de colonialidade e globalização, nos quais a língua assume posições privilegiadas em campos econômicos, científicos e culturais. Dessa forma, o ensino do inglês não pode ser compreendido como atividade neutra, uma vez que está inserido em relações de poder que influenciam políticas educacionais, currículos e expectativas sociais.

A valorização do inglês frequentemente associa o domínio da língua a oportunidades profissionais, mobilidade social e participação em redes internacionais de conhecimento. Embora tais possibilidades sejam relevantes, elas podem contribuir para a naturalização de hierarquias linguísticas que atribuem maior prestígio a determinadas línguas em detrimento de outras. Nesse sentido, o ensino crítico do inglês exige problematizar discursos que apresentam a língua como requisito universal para o sucesso individual, desconsiderando as desigualdades que atravessam os processos de aprendizagem.

A contribuição de Norton (2013) permite aprofundar essa análise ao relacionar aprendizagem de línguas e construção identitária. Para a autora, aprender uma língua implica investir tempo, expectativas e afetos na ampliação das possibilidades de participação social. Entretanto, esse investimento ocorre em contextos marcados por desigualdades e nem sempre produz os resultados esperados pelos aprendizes. Assim, compreender o ensino de inglês exige considerar as experiências concretas dos estudantes e os sentidos que atribuem ao aprendizado da língua.

Essa discussão torna-se especialmente relevante no contexto brasileiro, em que a escola pública constitui, para muitos estudantes, o principal espaço de contato sistemático com a língua inglesa. O modo como essa língua é apresentada influencia percepções de pertencimento, autoestima e projeções de futuro. Práticas pedagógicas que ignoram as experiências dos estu-

dantes tendem a reforçar processos de exclusão simbólica, enquanto abordagens que valorizam seus repertórios culturais favorecem formas mais significativas de participação.

Nesse contexto, o letramento crítico proposto por Janks (2010) oferece importantes ferramentas analíticas ao articular linguagem, poder, acesso, diversidade e design. Para a autora, práticas educativas comprometidas com a formação crítica precisam possibilitar que os estudantes identifiquem e questionem ideologias presentes nos textos, compreendendo como diferentes discursos produzem representações, legitimam posições sociais e naturalizam desigualdades.

Essa perspectiva aproxima-se da concepção freireana de educação como prática de liberdade. Para Freire (1989), a leitura da palavra está indissociavelmente ligada à leitura do mundo, o que implica reconhecer os sujeitos como produtores de conhecimento e participantes ativos da transformação social. Mais do que transmitir conteúdos, o ensino de línguas deve criar condições para o diálogo, a problematização e a construção coletiva de sentidos.

A articulação entre letramento crítico e multiletramentos amplia ainda mais essas possibilidades pedagógicas. Textos multimodais, campanhas digitais, vídeos, músicas e conteúdos produzidos em ambientes virtuais permitem discutir questões relacionadas a gênero, raça, classe social, meio ambiente, direitos humanos e cidadania global. Ao analisar criticamente tais produções, os estudantes desenvolvem capacidades interpretativas que ultrapassam o domínio linguístico e favorecem posicionamentos mais conscientes diante dos discursos que circulam na sociedade.

A análise realizada evidencia, portanto, que o ensino de inglês na educação básica não deve restringir-se à aquisição de estruturas linguísticas. Ao integrar identidade, poder, multimodalidade e letramento crítico, torna-se possível promover práticas educativas capazes de ampliar a participação social dos estudantes e contribuir para sua formação como sujeitos críticos em contextos locais e globais.

3.4 Síntese crítica das práticas de letramento em português e inglês

A articulação entre os referenciais analisados permite compreender que as práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa não constituem campos isolados, mas dimensões complementares da formação linguística e social dos estudantes. Embora ocupem posições distintas no currículo escolar, ambas participam da construção de identidades, da circulação de discursos e da produção de formas de participação social.

Os Novos Estudos do Letramento evidenciam que as práticas de leitura e escrita são socialmente situadas e atravessadas por relações de poder. Os multiletramentos ampliam essa compreensão ao reconhecer a diversidade cultural e multimodal que caracteriza as formas contemporâneas de comunicação. O letramento crítico, por sua vez, reforça a necessidade de problematizar os discursos e as desigualdades que atravessam os processos educativos.

A aproximação dessas perspectivas sugere que o ensino de português e inglês pode superar abordagens fragmentadas e excessivamente instrumentais, favorecendo práticas pedagógicas mais integradas, críticas e socialmente situadas. Isso implica reconhecer os repertórios

linguísticos dos estudantes, valorizar múltiplas formas de expressão e promover espaços de reflexão sobre os sentidos produzidos nas diferentes esferas da vida social.

As tensões identificadas entre normatividade, mobilidade social, multimodalidade e criticidade não constituem obstáculos a serem eliminados, mas elementos constitutivos do próprio campo educacional. Compreendê-las criticamente permite ampliar as possibilidades formativas da educação linguística e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a participação e a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir as práticas de letramento em língua portuguesa e língua inglesa na educação básica, a partir da articulação entre os Novos Estudos do Letramento, os multiletramentos e o letramento crítico. A análise desenvolvida permitiu compreender que as práticas de linguagem presentes na escola não constituem processos neutros ou exclusivamente pedagógicos, mas são atravessadas por relações de poder, disputas simbólicas, construções identitárias e diferentes formas de participação social.

Os referenciais analisados evidenciam que o ensino de língua portuguesa e língua inglesa ocupa posições historicamente diferenciadas no currículo escolar. Enquanto o português permanece fortemente associado às funções normativas, avaliativas e de escolarização formal, o inglês é frequentemente relacionado à mobilidade social, à internacionalização e ao acesso a oportunidades futuras. Mais do que representar uma simples distinção curricular, essa configuração revela hierarquias linguísticas e culturais que influenciam as formas pelas quais os estudantes atribuem significado à aprendizagem das línguas e constroem suas trajetórias escolares.

A principal contribuição deste estudo consiste em propor uma leitura integrada dessas práticas de letramento, superando abordagens que tratam português e inglês como campos independentes de formação. A análise sugere que a aproximação entre letramento como prática social, multiletramentos e letramento crítico oferece fundamentos teóricos consistentes para uma educação linguística mais democrática, capaz de reconhecer a diversidade de repertórios dos estudantes, problematizar desigualdades e ampliar possibilidades de participação social. Nessa perspectiva, o ensino de línguas deixa de estar restrito ao desenvolvimento de competências instrumentais e passa a assumir um papel formativo mais amplo, relacionado à produção de sentidos, à construção de identidades e ao exercício da cidadania.

Os resultados também indicam que a incorporação dos multiletramentos e das práticas multimodais exige uma compreensão crítica das transformações contemporâneas da linguagem. O uso de recursos digitais, por si só, não garante processos educativos mais inclusivos ou emancipatórios. Torna-se necessário problematizar as condições de acesso às tecnologias, as formas de circulação dos discursos e as desigualdades que atravessam os diferentes contextos escolares. Nesse cenário, a perspectiva do letramento crítico contribui para que estudantes e professores analisem os textos, as linguagens e as práticas sociais de maneira reflexiva, reco-

nhecendo seus vínculos com relações de poder, ideologias e processos de exclusão ou inclusão.

Do ponto de vista educacional, as reflexões apresentadas reforçam a importância de currículos que promovam maior diálogo entre os componentes de língua portuguesa e língua inglesa, favorecendo práticas interdisciplinares, multimodais e socialmente contextualizadas. Da mesma forma, evidenciam a necessidade de processos de formação docente que possibilitem aos professores desenvolver abordagens pedagógicas comprometidas com a pluralidade linguística, cultural e semiótica presente na escola contemporânea.

Como limitação, este estudo possui caráter exclusivamente teórico-documental, não contemplando a análise de situações concretas de ensino e aprendizagem. Tal característica, entretanto, não reduz sua relevância, uma vez que possibilitou construir uma síntese crítica de referenciais amplamente reconhecidos no campo dos letramentos e identificar aproximações analíticas ainda pouco exploradas entre o ensino de língua portuguesa e língua inglesa na educação básica. Nesse sentido, pesquisas futuras poderão aprofundar essas discussões por meio de investigações empíricas que examinem como tais concepções se materializam nas práticas pedagógicas, nos currículos, nos materiais didáticos e nas experiências de professores e estudantes.

Por fim, defende-se que compreender o ensino de línguas a partir da perspectiva dos letramentos implica reconhecer a escola como espaço de produção de sentidos, negociação de identidades e formação crítica dos sujeitos. Ao assumir esse compromisso, a educação básica amplia suas possibilidades de contribuir para a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e socialmente comprometidas com a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: **POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

JANKS, Hilary. **Literacy and power**. London: Routledge, 2010.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KRESS, Gunther. **Literacy in the new media age**. London: Routledge, 2003.

NEW LONDON GROUP. **A pedagogy of multiliteracies: designing social futures**. Harvard Educational Review, Cambridge, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.

NORTON, Bonny. **Identity and language learning: extending the conversation**. 2. ed. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

PENNYCOOK, Alastair. **The cultural politics of English as an international language**. London: Routledge, 1994.

PENNYCOOK, Alastair. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STREET, Brian V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, Brian V. **Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education**. London: Routledge, 2014.